



# Diário da Justiça

REPÚBLICA  
FEDERATIVA  
DO BRASIL

ANO LXVI — Nº 181

QUARTA-FEIRA, 18 DE SETEMBRO DE 1991

BRASÍLIA — DF

## Sumário

	PÁGINA
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.....	12737
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL.....	12759
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA.....	12760
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO.....	12767
SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR.....	12792
MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO.....	12792
EDITAIS E AVISOS.....	12792

## Supremo Tribunal Federal

### Presidência

#### ÍNDICE DE ADVOGADOS

CARLOS FREDERICO MARES DE SOUZA FILHO  
FRANCISCO GALVÃO DE CARVALHO1 0000584-7/600  
1 0021375-2/160

#### DISTRIBUIÇÃO

CENTESIMA PRIMEIRA AUDIÊNCIA DE DISTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA EM 16 DE SETEMBRO DE 1991. PRESIDENTE O EXMO. SR. MINISTRO SYDNEY SANCHES (ART. 66, RISTF).

AS 17:00 HORAS, NO GABINETE DA PRESIDÊNCIA, FORAM DISTRIBUIDOS OS SEGUINTE FEITOS, PELO SISTEMA DE PROCESSAMENTO DE DADOS:

CR 0005940-0/080 \*\*  
JUST.RQG.: JUIZ NACIONAL DE PRIMEIRA INSTANCIA NO COMERCIAL NA CIDADE DE BUENOS AIRES  
REODN : ORGAO COMPETENTE PARA O CONTROLE DE NAVEGAÇÃO E USO DE AMARACQUES NO BRASIL  
DILIG. : ORTER JUNTO AO REQUERIDO AS INFORMACUES A QUE SE REFREM OS ITENS A, B E C, CONSTANTES AS FLS. 08  
REGISTRADO

CR 0005942-6/080 \*\*  
JUST.RQG.: TRIBUNAL DE GRANDE INSTANCIA DE NANTERKE  
REODN : IVEZ ALEX MAESERLE  
DILIG. : CITACAU  
REGISTRADO

CR 0005943-4/080 \*\*  
JUST.RQG.: TRIBUNAL DE GRANDE INSTANCIA DE PARIS  
REODN : JEAN-PIERRE ILLY  
DILIG. : CITACAU  
REGISTRADO

CR 0005944-2/080 \*\*  
JUST.RQG.: TRIBUNAL DE COMERCIO DE PARIS  
REODN : WALTER MIRANDA  
DILIG. : CITACAU  
REGISTRADO

CR 0005945-1/080 \*\*  
JUST.RQG.: TRIBUNAL DE PRIMEIRA INSTANCIA DE GRASSE  
REODN : ROSARIO FRANCOIS FUSCO DE SOUZA GUERRA  
DILIG. : CITACAU  
REGISTRADO

MS 0021375-2/160 DF  
RELATOR : MIN. PAULO BROSSARD  
IMPTE : ASSOCIACAO DOS PERMISSONARIOS DO PROGRAMA ABC DE BELH HORIZONTE  
ADV. : FRANCISCO GALVÃO DE CARVALHO  
IMPON : TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

PPEXTR 0000099-5/420 \*\*  
RELATOR : MIN. OCTAVIO GALLOTTI  
REOTE : GOVERNO DA ITALIA  
REODN : LEONARDO BADALAMENTI

ADIN 0000584-7/600 PR  
RELATOR : MIN. CELSO DE MELLO  
REOTE : GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANA  
ADV. : CARLOS FREDERICO MARES DE SOUZA FILHO E OUTRO  
REODN : ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANA

MINISTRO	REGISTR.	DISTR.	REDISTR.	TOTAL
MIN. PRESIDENTE	5			5
MIN. OCTAVIO GALLOTTI		1		1
MIN. PAULO BROSSARD		1		1
MIN. CELSO DE MELLO		1		1
TOTAL	5	3		8

NADA MAIS HAVENDO, FUI ENCERRADA A PRESENTE ATA DE DISTRIBUIÇÃO.....RHODE DOBEL BARRETO, DIRETORA DO SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO, PUBLICIDADE E ESTATÍSTICA.....ALDA VILLAS BOAS CARVALHO, DIRETORA DO DEPARTAMENTO JUDICIÁRIO.

Brasília, 16 de setembro de 1991.

MINISTRO SYDNEY SANCHES  
Presidente

## Departamento Judiciário

### Despachos

#### PROCESSOS DIVERSOS

CR 5.892-6 - DF  
Justica Rogante: Juiz de Instrução Criminal de St. Gallen. Diligência: realizar busca domiciliar nos apartamentos de Lilian Amalia Torres-Moreno e de Catharino Filho Rodriguez-Cardoso.

DECISÃO: - 1. Trata-se de carta rogatória do Juizado de Instrução Criminal do Departamento de St. Gallen, Suíça, para instrução de processo penal instaurado contra LILIAN AMALIA TORRES-MORENO e CATHARINO FILHO RODRIGUEZ-CARDOSO, na qual se solicita, "verbis":

"Uma busca domiciliar nos apartamentos:  
- de Lilian Torres-Moreno, rua Angélica, n. 60, aptº n. 302, Ipanema, Rio de Janeiro, e  
- de Catharino Filho Rodriguez-Cardoso, rua Visconde de Pirajá, 1578, no Rio de Janeiro.  
Na busca, material de prova mencionado pelos presos (drogas, passaportes, endereços, correspondência de fotografias) deve ser apreendido e colocado à disposição das autoridades suíças, no original" (fls. 3).



2. Pela concessão do "exequatur" opinou a ilustrada Procuradoria-Geral da República (fls. 19).

3. Busca domiciliar e apreensão de provas são diligências de caráter puramente executivo.

A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal é firme no sentido de não admitir "exequatur", quando a medida judicial tem caráter puramente executivo (CCRR 5.306, 4.966, 3.175, 4.966, 4.984, 5.032, 5.705, 5.707, 5.715, 5.764, 5.816).

4. De acordo com os precedentes indicados, nego "exequatur" à presente comissão rogatória e determino a devolução dos autos ao juízo rogante, por via diplomática.

Publique-se.  
Brasília, 10 de setembro de 1991.

Ministro SYDNEY SANCHES  
Presidente

#### EXTRADIÇÃO Nº 540-5- DF

REQTE: GOVERNO DE PORTUGAL

EXTNDO: PEDRO INFANTE HENRIQUES DE OLIVEIRA

#### Despacho:

1. Nesta data, procedo à liberação de peças para a formalização do Acórdão.

2. Publique-se.

Brasília, 13 / 09 / 91

Ministro MARCO AURÉLIO  
Relator

#### HABEAS CORPUS

HABEAS CORPUS nº 68.767-9- DF

IMPTE: JOSE CARLOS DA SILVA

COATOR: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

PACTE: JOSE CARLOS DA SILVA

#### Despacho:

1. Nesta data, procedo à liberação de peças para a formalização do Acórdão.

2. Publique-se.

Brasília, 13 / 09 / 91

Ministro MARCO AURÉLIO  
Relator

HC nº 68.922-1/130 - SP

Impte.: José Francisco Villas Boas. Coator: Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Pacte.: José Décio de Carvalho.



#### MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Imprensa Nacional -- IN

SIG -- Quadra 6, Lote 800 -- 70604 -- Brasília/DF  
Telefones: PABX: (061) 321-5566 -- Fax: (061) 225-2046  
Telex: (061) 1356 DIMN BR  
CGC/MF: 00394494/0016-12

ENIO TAVARES DA ROSA  
Diretor-Geral

NELSON JORGE MONAIAR  
Coordenador de Produção Industrial

#### DIÁRIO DA JUSTIÇA -- Seção I

Órgão destinado à publicação dos atos dos Tribunais Superiores do Poder Judiciário e do Ministério Público da União

JORGE LUIZ ALENCAR GUERRA  
Chefe da Divisão de Jornais Oficiais

JOSÉ EDMAR GOMES -- MIGUEL FELIX DOS ANJOS  
Editores

Publicações: os originais devem ser entregues na Seção de Seleção e Registro de Matérias no horário das 7:30 às 13:00 horas, ininterruptamente. Qualquer reclamação tem de ser encaminhada por escrito à Divisão de Jornais Oficiais no prazo de cinco dias úteis após a publicação.

Assinaturas: as assinaturas valem a partir de sua efetivação e não incluem os suplementos, que podem ser adquiridos separadamente.

	Diário Oficial		Diário da Justiça	
Preços	Seção I	Seção II	Seção I	Seção II
ASSINATURA TRIMESTRAL:	Cr\$ 14.208,00	Cr\$ 3.278,00	Cr\$ 13.114,00	Cr\$ 20.765,00
PORTE:	Cr\$ 16.434,00	Cr\$ 8.118,00	Cr\$ 29.766,00	Cr\$ 16.434,00

Informações: Seção de Assinaturas e Vendas -- SEAVEN/DICOM  
Telefone: (061) 321-5566 Ramais: 305/309/339/314/317/328/325/308  
Horário: 8:00 às 12:00h e 13:00 às 17:00h.

DESPACHO: Noticiam as informações que o paciente já obteve liberdade provisória para aguardar o Juri (f. 28, § 4), prejudicando o pedido liminar, no que plausível. O alvitre de cassação liminar da pronúncia é obviamente inatendível.

2. Ao Senhor Procurador-Geral da República, de imediato.

Brasília, 12 de setembro de 1991.

Ministro SEPÚLVEDA PERTENCE  
Relator

#### AGRAVO DE INSTRUMENTO

Ag nº 126.071-8- RJ (Arv. nº 11.902-1)

Agravante: GRÁFIN - Grupos de Autofinanciamento de Automóveis Ltda. (Adv. Jorge Boscolo Fraga). Agravado: Condomínio do Edifício Fretin (Adv. Paulo Gomes da Rocha).

#### Despacho:

1. Solicitem-se ao Superior Tribunal de Justiça informações sobre o agravo interposto contra o despacho que implicou o não processamento do recurso especial (Ofício de folha 353).

2. As partes, para a antecipação da notícia.

3. Publique-se.

Brasília, 04 de setembro de 1991.

Ministro MARCO AURÉLIO  
Relator

#### AGRAVO DE INSTRUMENTO

Nº 01302658/040

Origem : RIO GRANDE DO SUL

Relator : MINISTRO ILMAR GALVÃO

Agravante: Adubos Trevo S/A - Grupo Luxma  
(Adv.: Eutichiano Davi Neto)

Agravado: Arlindo Ferreira Henrique  
(Adv.: Júlio Brito Victória)

#### DESPACHO: Vistos, etc.

O ora agravante ajuizou ação de indenização contra Indústrias Luchsinger Madorin S/A, sucedida por Adubos Trevo S/A - Grupo Luxma, objetivando o ressarcimento do prejuízo que teve, de vez que na data da descarga de navio, em "pier" exclusivo da demandada, estava escalado, por seu sindicato, para eventual serviço de estiva, e não foi acionado, tendo sido feita a descarga por elementos da tripulação.

O Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul reformou a decisão singular, que havia reconhecido a carência da ação, porque o autor individualmente, sem assistência de seu sindicato, não tem prerrogativa de pleitear em juízo, e deu pela procedência da ação, ressaltando que o direito de agir do autor prescindia da assistência do sindicato da categoria.

Com base no voto vencido, foram opostos embargos infringentes, cuja decisão manteve o entendimento da maioria.

Dai o recurso extraordinário em que se alega ofensa ao art. 153, § 3º, da Constituição anterior. Sustenta-se que a decisão recorrida feriu a coisa julgada emergente de anterior decisão proferida pelo Tribunal Superior do Trabalho, em pleito dos conferentes, que pretendiam o ressarcimento de prejuízos salariais pela ausência de requisições para trabalho no terminal portuário. Nessa demanda a Corte trabalhista concluiu pela ilegitimidade ativa, face pertencer ao sindicato a titularidade do direito substancial objeto da controvérsia.

Houve recurso especial denegado, e agravo de instrumento para o Superior Tribunal de Justiça, que teve seu seguimento indeferido (fls. 135/136).

No tocante à questão constitucional, observo que carece do requisito do prequestionamento, embora invocada no momento da interposição dos embargos infringentes.

Sucede que sobre ela o acórdão recorrido não se manifestou, e nem lhe foram opostos embargos de declaração, não se perfazendo, pois, a exigência das Súmulas 282 e 356.

Além do mais, a dessemelhança das demandas - uma indenizatória e a outra trabalhista -, com pedidos diversos, afasta a alegada violação à coisa julgada.

Pelo exposto, com base no art. 38 da Lei 8.038/90 e no § 1º do art. 21 do RI/STF, nego seguimento ao agravo.

Publique-se.

Brasília, 20 de agosto de 1991

Ministro ILMAR GALVÃO  
Relator

#### AGRAVO DE INSTRUMENTO

Nº 01312831/040

Origem : RIO DE JANEIRO

Relator : MINISTRO ILMAR GALVÃO

Agravante: Sociedade Industrial Comercial - SINCO (Adv. José Oswaldo Correa)

Agravado: Estado do Rio de Janeiro (Adv. Humberto Ribeiro Soares)

#### DESPACHO: Vistos, etc.

Pelo ofício de fls. 98, comunica o Terceiro Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro que o recurso



RECORRENTE : BANCO DE CREDITO NACIONAL S/A  
 ADVOGADO : DR(a). VICTOR RUSSOMANO JR.  
 RECORRIDO : SIND DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCARIOS DE  
 : BAURU E REGIÃO  
 ADVOGADO : DR(a). EDUARDO SURIAN MATIAS

OS PROCESSOS CONSTANTES DESTA PAUTA QUE NÃO FOREM JULGADOS NA SESSÃO A QUE SE REFEREM, FICAM AUTOMATICAMENTE ADIADOS PARA AS PROXIMAS QUE SE SEGUIREM, INDEPENDENTEMENTE DE NOVA PUBLICAÇÃO, SE ULTRAPASSAREM DE VINTE OS FEITOS REMANESCENTES (LEI ORGANICA DA MAGISTRATURA NACIONAL, ART. 38).

### Quarta Turma

PROCESSO Nº TST-AI-14325/90.8 - 4ª REGIÃO  
 AGRAVANTE : WOTAN S/A MAQUINAS OPERATRIZES  
 ADVOGADO : DR. RICARDO JOBIM DE AZEVEDO  
 AGRAVADO : LUIZ GOMES DA ROCHA  
 ADVOGADA : DRA. LACI UGHINI

#### DESPACHO

Contra o r. despacho de fls. 53/54, que denegou seguimento a sua Revista, por incabível, eis que não configurada a exceção prevista no art. 896, § 4º, da CLT e do Enunciado 221 da Sumula, agrava de instrumento a Empresa - Reclamada (fls. 02/08), com fulcro no art. 897, "b", Consolidado, invocando violação do art. 5º, II, XXXVI, da Constituição, vez que a v. decisão a quo afrontou literalmente os arts. 6º e 3º, § 2º, do Decreto-Lei nº 75/66 e os arts. 6º, 33 e 35 do Decreto-Lei nº 2.284/86, bem como disse o pretoriano.

Argumenta a recorrente que "a matéria legislada envolve correção monetária e juros na relação jurídica do trabalho, em consequência, necessário que o legislador dissesse expressamente sobre a aplicação dos novos critérios aos processos, em curso, as ações reclamatorias trabalhistas já ajuizadas quando do advento do discutido decreto-lei. Pois, se não o dissesse, o novo decreto-lei, somente se aplicaria aos processos novos" (fl. 50).

O Egrégio 4º Regional, pelo seu Acórdão de fls. 44/46, consignou, em sua ementa, verbis:

"Correção Monetária.

Incidência do D.L. 2322/87, Jurs. Decreto-Lei 2322/87. São devidos a taxa de 0,5% ao mês até o advento do referido dispositivo legal, e, após, com o percentual de 1% ao mês, capitalizados" (fl. 44).

Em se tratando de Agravo de Petição, a admissibilidade do Recurso de Revista depende da demonstração inequívoca de violência direta à Constituição Federal, o que não vislumbro na hipótese sob exame.

Incidência do disposto no art. 896, § 4º, da CLT.

Incensurável, pois o r. despacho denegatório.

Denego seguimento ao apelo.

Publique-se.

MINISTRO ALMIR PAZZIANOTTO PINTO  
 Relator

PROCESSO Nº TST-AG-AI-26590/91.3 - 1ª Região

AGRAVANTE: UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S/A  
 ADVOGADA : DRA. MARIA CRISTINA IRIGOYEN  
 AGRAVADO : SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS DE CAMPOS  
 ADVOGADO : DR. JOSÉ TÔRRES DAS NEVES

#### RECONSIDERAÇÃO DE DESPACHO

À fl. 38 neguei prosseguimento ao Agravo de Instrumento do Agravante, sob o óbice do Enunciado 214 da Sumula.

Irresignado, interpõe Agravo Regimental o Banco, às fls. 39/45, perseguindo o afastamento do Enunciado 214 para ver processado o Agravo de Instrumento, alegando que não se trata, no caso, de decisão interlocutória, mas definitiva, vez que a matéria discutida na revista denegada diz respeito a substituição processual.

O Egrégio 1º Regional admitiu a substituição processual, mandando retornar o processo a MM. Junta para apreciar as demais questões suscitadas.

Por força das razões expendidas, reconsidero o despacho de fl. 38, a fim de que o Agravo de Instrumento prossiga em seus trâmites normais.

Publique-se.

Brasília, 11 de setembro de 1991.

MINISTRO ALMIR PAZZIANOTTO PINTO  
 Relator

PROCESSO Nº TST-AI-28728/91.4 - 3ª Região  
 AGRAVANTE : BANCO REAL S/A  
 ADVOGADO : DR. CÁSSIO GERALDO DE P. QUEIROGA  
 AGRAVADO : ARNALDO MONTI GONÇALVES  
 ADVOGADO : DR. EBION PRADO JÚNIOR

#### DESPACHO

O r. despacho de fl. 61 obstou o seguimento do Recurso de Revista do Banco-Reclamado com fulcro nos Enunciados 126 e 297 da Sumula, quanto às matérias veiculadas nos autos, quais sejam: horas extras, ajuda de alimentação e multa por infração a Convenção coletiva de Trabalho (CCT).

Irresignado, agrava de instrumento o reclamado (fls. 02/04), aduzindo que, "no tocante às horas extras... o v. acórdão apenas se referiu ao depoimento de Antônio Amilton Carneiro, às fls. 58' não tendo mencionado se se tratava de testemunha ou informante..., sustentando que fora ele ouvido na condição de informante, haja vista a susseição de seu depoimento. "como esta nos autos". Aduz violação do art.

818, da CLT, neste item, vez que, não poderia o Egrégio 3º Regional considerar o depoimento de tal testemunha, bem como divergência de julgados.

Quanto ao deferimento do pedido de ajuda-alimentação ao autor, diz ocorrer divergência jurisprudencial.

Por fim, no que respeita ao item 4 da inicial - pedido de multa por infração a Convenção Coletiva de Trabalho - também deferido, alega violação do artigo 832 Consolidado, "face à inexistência de real fundamentação" (fl. 04).

O Egrégio 3º Regional, pelo seu acórdão de fls. 50/54, decidiu, verbis:

"A defesa invocou, às fls. 35, exercício pelo recorrente de cargo de confiança bancário, com poderes de mando e gestão. Ao empregador, portanto, cabia a prova de tal fato impeditivo, "ex vi" do artigo 333, II, do Código de Processo Civil.

Todavia, o recorrido não se desincumbiu cabalmente de tal "onus probandi".

além disso, o depoimento de Antônio Amilton Carneiro, às fls. 58, evidencia que, na verdade, o recorrente não detinha poderes de mando. Declara ele às fls. 58 verso: 'que o reclamante como auxiliar de gerência não tinha poderes para admitir e demitir funcionários'.

De tudo isso, resulta a inviável conclusão: o autor está enquadrado na excessão do art. 224, § 2º da Consolidação das Leis do Trabalho, por influência dos Enunciados 233, 234 e 238 do Tribunal Superior do Trabalho, já que encontrados seus poderes de chefia, inerentes ao cargo ostentado, de auxiliar de gerente. Em consequência, não faz jus às setima e oitava horas trabalhadas" (fls. 51/52. Decisão consoante o Enunciado 287, da Sumula.

Verifica-se que a matéria em discussão é de natureza eminentemente fático - probatória, obstada sua reapreciação nesta esfera recursal, fato que, por si só, afasta as alegadas violações dos dispositivos de lei invocados. Incidência do Enunciado 126 do TST.

Quanto aos demais itens, não houve o necessário prequestionamento como se pode verificar pela decisão recorrida. Tampouco interpostos o recorrente Embargos Declaratórios, necessários à época, para suscitar tal presquestionamento. Incidência do Enunciado 297 da Sumula.

Denego seguimento ao apelo.

Publique-se.

Brasília, 11 de setembro de 1991.

MINISTRO ALMIR PAZZIANOTTO PINTO  
 Relator

PROCESSO Nº TST-AI-29411/91.1 - 2ª REGIÃO  
 AGRAVANTE: TRANSPORTADORA TURÍSTICA BENFICA LTDA.  
 ADVOGADA : DRA. DIRCE LUPERI SILVESTRE TAYAR  
 AGRAVADO : PAULO ESTEVÃO DE MIRANDA  
 ADVOGADA : DRA. MÔNICA MUNIZ B. V. RODRIGUES

#### DESPACHO

Contra o r. despacho de fl. 31, que denegou seguimento a sua Revista, com fulcro no Enunciado 126 da Sumula, agrava de instrumento a Empresa, arguindo dissenso pretoriano e violação do art. 333, do CPC. Referido dispositivo legal determina que a prova, no caso, compete ao reclamante, e não fora realizada, fato incontroverso.

Segundo o agravante, o que se discute é que, negada a prestação de horas extras do reclamante, foi declinado o horário que a empresa entendia correto, deixando de juntar os documentos de controle de jornada. Não houve, conforme argumenta, "qualquer requerimento ou mesmo intimação para tanto por parte do juízo" (fl. 4).

O Egrégio 2º Regional expendeu as seguintes razões sobre a matéria discutida no presente:

"Data vênica, uma vez não negado pela reclamada o trabalho em horas extras e alegado em sua defesa que as pagava corretamente, deveria comprovar cabalmente sua assertiva.

De vez que pretendeu comprovar essa paga, mas não juntou todos os cartões de ponto do período trabalhado, não comprovou a paga correta das horas extras dos recibos alusivos aos meses correspondentes aos cartões faltantes, razão pela qual, nesse aspecto, deve prevalecer a prova oral produzida pelo autor às fls. 51, que prevalece.

Evidente, porque a prova falha não favorece a quem produz, ainda mais quando não negado o trabalho em sobrejornada mas alegado que o labor havido foi pago" (fl. 23).

Não há que se falar, assim, em violação do art. 333, do CPC. A matéria em discussão é de natureza fático-probatória e não de direito como quer a agravante. Tal circunstância atrai a incidência do Enunciado 126 da Sumula.

Incensurável, pois, o r. despacho agravado.

Denego seguimento ao apelo.

Publique-se.

Brasília, 11 de setembro de 1991.

MINISTRO ALMIR PAZZIANOTTO PINTO  
 Relator

AI-31114/91.0

#### AGRAVO DE INSTRUMENTO

Agravante: JOSÉ NILDO RODRIGUES DE SOUZA  
 Advogado : Dr. Glauber Sérgio de Oliveira  
 Agravado : FORMILINE S/A  
 Advogada : Dra. Maria Izabel Cordeiro Correa  
 2ª Região

#### DESPACHO

Discute-se o direito a realização de prova pericial que o Regional considerou ter sido solicitado a destempo. Outrossim, pretende-se discutir a interpretação da lei adotada nas instâncias inferiores, apontando-se ter havido violação Constitucional embora aleatoriamente se indique nos artigos da Carta Magna que pouco ou nada tem a ver com a espécie.

O acórdão diz que a instrução estava terminada quando foi requerida a prova pericial, não existindo o alegado cerceamento da defe



sa. Ademais a perícia foi considerada desnecessária. Outrossim, a prova conduziu a convicção de que paradigma e equiparando exercíam funções diversas. Outrossim, a prova conduziu a inoportunidade da hipótese da jornada de seis horas porque havia paralisações, recebendo o empregado pagamento quando laborava nos dias de repouso.

As horas extras foram negadas em face da prova.

Não há sob qualquer dos ângulos enfocados possibilidade de ultrapassar-se quer o Enunciado nº 221 quer o de nº 126.

Nos termos do § 5º, do artigo 896, da CLT nego prosseguimento ao presente agravo de instrumento.

Publique-se.

Brasília, 11 de setembro de 1991.

MINISTRO MARCELO PIMENTEL  
Relator

PROCESSO Nº TST-RR-02489/87.3

RECORRENTE: PAULO ROBERTO CORREA LIMA

ADVOGADO : DR. PAULO SÉRGIO CALDEIRA FUTSCHER

RECORRIDA : CIA PAULISTA DE COMÉRCIO MARÍTIMO

ADVOGADA : DRª LUZIA ANGÉLICA TSAI

**D E S P A C H O**

Conforme levantado pela Douta Procuradoria, encontra-se ausente no presente processo o v. acórdão revisando, e por se tratar de autos em restauração, determino o retorno deste ao Egrégio Regional para que seja colacionado a cópia da decisão recorrida ao processo, visto ser a peça em questão essencial para deslinde da controvérsia.

Publique-se.

Brasília, 11 de setembro de 1991

MINISTRO JOSÉ CARLOS DA FONSECA  
Relator

PROCESSO Nº TST-RR-31620/91.1 - 2ª REGIÃO

RECORRENTE : ANTONIO FERNANDES

ADVOGADA : DRA. ADELAIDE PAVLAK

RECORRIDO : H. CERÂMICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.

ADVOGADO : DR. CELSO REGIANE

**D E S P A C H O**

Discute-se nos autos sobre a repercussão da pena de "ficta confissão" aplicada à reclamada.

Entendeu o E. Regional que "a condenação em horas extraordinárias, domingos e feriados laborados, não pode se escudar simplesmente, na assertiva de que a pena de confissão abriga a presunção da veracidade dos fatos alegados na preambular", dizendo que, "embora subordinada a uma penalidade jurídica, não pode um único documento destruir os demais, devendo a respeito existir prova real" (fl.7). Em consequência, deu provimento parcial ao recurso ordinário da empresa "para que a condenação em horas extras, domingos e feriados se faça com base nos cartões-ponto encartados aos autos, inclusive relativo ao mês de setembro seja observado o mais favorável ao recorrido" (fl.128).

Irresignado, recorre de revista o reclamante, arguindo violação dos arts. 343, do CPC, e 844, da CLT. Traz arestos para o confronto de teses (fls.123/135).

As razões lançadas pelo E. Tribunal a quo afastam a arguição de violação literal dos arts.343, do CPC, e 844, da CLT, invocados. Incidência do Enunciado 221 da Súmula.

No que respeita a divergência jurisprudencial colacionada, esta apresenta-se inservível ao confronto de teses, porque inespecífica, não abordando os fundamentos expendidos pelo Regional. Incidência dos Enunciados 23 e 296 da Súmula.

Denego seguimento.

Publique-se.

Brasília, 09 de setembro de 1991.

MINISTRO ALMIR PAZZIANOTTO PINTO  
Relator

RR-22613/91.9

**RECURSO DE REVISTA**

Recorrente: DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE RODAGEM - DNER

Advogado: Dr. Roberto Tadeu de Freitas Araújo

Recorridos: ANTONIO ALEXANDRE ALVES E OUTROS

Advogado: Dr. Alin Silvio Aflalo Garcia

8a. Região

**D E S P A C H O**

Trata-se de Reclamatória fundada em um ponto básico: o residuo inflacionário de 26,06% nos salários de junho de 1987, na passagem do Plano Cruzado, que adotava o sistema de escala móvel de salários, conhecido como "gatilho", para o Plano Bresser, que instituiu a URPI-Unidade de Referência de Preços.

O Tribunal Regional, decretando a inconstitucionalidade do § 4º do art. 8º do Decreto-lei nº 2335/87, do inciso I do art. 1º do Decreto-lei nº 2.425/88 e dos arts. 5º e 6º da Lei nº 7.730/89, confirmou a decisão de primeira instância, e negou provimento à remessa oficial e ao apelo voluntário do reclamado (fls. 70/75).

Inconformado com a decisão regional o reclamado manifesta recurso de revista, com fundamento na alínea "a" do art. 896, consolidado, alegando conflito de julgados (fls. 77/80).

O acórdão regional arrematou, por sua ementa, que:

"É devido o residuo inflacionário de 26,06% nos salários de junho de 1987, na passagem do Plano Cruzado, que adotava o sistema de escala móvel ("gatilhos"), para o Plano Bresser, que instituiu a Unidade de Referência de Preços (URP), por força do direito adquirido" (fls. 71).

Os arestos acostados, às fls. 81/86, não traduzem, com fidelidade, a hipótese enfrentada pelo acórdão recorrido, como exige o Enunciado nº 296, da Súmula desta Corte, inviabilizando o pretendido confronto jurisprudencial.

Nos termos do § 5º do art. 896, da CLT, com a redação dada pelo art. 12, da Lei nº 7701/88, nego seguimento à revista, com base no Enunciado nº 296, do Tribunal Superior do Trabalho.

Publique-se.

Brasília, 03 de setembro de 1991.

MINISTRO MARCELO PIMENTEL  
Relator

## Superior Tribunal Militar

### Presidência

ATO Nº 9.535, DE 16 DE SETEMBRO DE 1991

O DOUTOR ANTONIO CARLOS DE NOGUEIRA, MINISTRO VICE-PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR, NO EXERCÍCIO DO CARGO DE PRESIDENTE,

USANDO das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 26 do Regimento Interno, e tendo em vista o que consta do Processo nº 4.230/91, resolve

ALTERAR o Ato nº 9.378, de 10 JUN '91, publicado no Diário da Justiça de 12 JUN 91, para retificar o nome de FERNANDO CÉSAR MESQUITA JÚNIOR para FERNANDO CÉSAR DE MOREIRA MESQUITA JÚNIOR, nomeado para exercer o cargo de Atendente Judiciário, classe "A", referência NI-24, do Quadro Permanente da Secretaria do Superior Tribunal Militar.

ANTONIO CARLOS DE NOGUEIRA

### Secretaria do Tribunal Pleno

#### Pauta de Julgamentos

PAUTA Nº 108

- PETIÇÃO Nº 429-3 - Relator Ministro José Cabo Teixeira de Carvalho. Adv Dr Laerte Moacyr da Silva.

## Ministério Público da União

### Ministério Público Federal

### Procuradoria Geral da República

PORTARIA Nº 443, DE 16 DE SETEMBRO DE 1991

O PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Designar o Doutor HUGO GUEIROS BERNARDES FILHO, Procurador da República de 1ª Categoria, para, até o dia 31 de dezembro de 1991, atuar como representante judicial da União junto ao Tribunal Superior do Trabalho e ao Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região.

ARISTIDES JUNQUEIRA ALVARENGA

## Editais e Avisos

### Tribunal Superior do Trabalho

### Segunda Turma

EDITAL DE 16 DE SETEMBRO DE 1991

De ordem do Excelentíssimo Senhor Ministro Presidente da Segunda Turma, torno público, para ciência dos Senhores Advogados, partes e demais interessados, que esta Egrégia Turma, realizará Sessão Extraordinária a partir de 9:30 (nove horas e trinta minutos), do dia 16 de setembro de 1991, (Segunda-Feira) e Sessão Ordinária a partir de 13:30 (treze horas e trinta minutos) do mesmo dia.

JUHAN CURY AGUIAR  
Diretora da Secretaria da Turma